

Dívida: BC promete endurecer posição

Est 21 JUN 1985

O presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, disse ontem que o Brasil vai endurecer com os bancos credores na renegociação plurianual da dívida externa e ressaltou que a capitalização de juros foi colocada na mesa de negociações em abril e "continua na ordem do dia".

Lemgruber afirmou, porém, que o País não pode adotar "radicalismo irresponsável", capaz de ameaçar os créditos brasileiros de curto prazo de 16 bilhões de dólares. "Essas linhas de curto prazo representam o capital de giro do País. Sem esses 16 bilhões, o Brasil ficaria sem reservas cambiais e sem condições de importar até mesmo petróleo. Seria o caos, com um dramático processo de recessão econômica, hiperinflação e fuga de capitais" — observou Lemgruber.

Por isso, ao longo do seu depoimento de oito horas — com final em sessão secreta — perante a CPI da Câmara dos Deputados sobre o sistema bancário, o presidente do Banco Central destacou que o Brasil deve endurecer com os credores "onde for possível", mas sem abandonar a realidade da dependência aos 16 bilhões de dólares de crédito comercial e depósitos interbancários. "Eu não teria a coragem de assumir a responsabilida-

de pela evasão desses recursos de curto prazo. E preciso levar em conta que os 16 bilhões vencem a cada 60 ou 90 dias e, sem eles, o Brasil passaria a ter saudades dos dias de hoje" — advertiu o presidente do Banco Central.

Lemgruber observou que os termos do acordo com os banqueiros terão a definição final do presidente José Sarney e do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, embora já esteja claro que o País não aceitará condições recessivas e muito menos cláusula ou qualquer tipo de interferência no ajuste "tranquilo" do balanço de pagamentos.

"Então, o Brasil deve ouvir, avaliar e considerar vantagens e riscos da capitalização de juros" — afirmou o presidente do Banco Central. Porém, em seguida, Lemgruber revelou posição contrária à do ex-diretor da área externa do Banco Central, Sérgio de Freitas, por entender que a inclusão da capitalização de juros pode até trazer inconvenientes à negociação da dívida a vencer até 1991. "A posição do balanço de pagamentos do Brasil permite pagar integralmente os juros e evitar o crescimento da dívida externa, assim como o Governo procura cortar o déficit público para estabilizar a dívida interna".